

# Destaque

## Orçamento Votação final global em dia com juros acima dos 7%

# Aprovação do OE não chegou para acalmar os mercados, mas já mudou o discurso do Governo

Chegou ontem ao fim o processo de aprovação de um dos orçamentos mais duros das últimas décadas. Nos mercados, as taxas de juro não baixaram. Na política nacional, assistiu-se a uma mudança de rumos

Nuno Simas e Sérgio Anibal

● José Sócrates despediu-se ontem com um sorriso da bancada do PS e levantou o dedo polegar a agradecer. Foi um dos raros gestos de descontração do primeiro-ministro depois de ver o Orçamento do Estado (OE) de 2011 aprovado, com a abstenção do PSD, na Assembleia da República. Mas a aprovação do Orçamento - momento em que "todo o mundo" estava "de olhos em nós", na descrição do ministro das Finanças - não foi suficiente para acalmar os mercados.

No fim de um processo que durou quase dois meses e que se dizia decisivo para recuperar a credibilidade do país junto dos investidores internacionais, os indicadores dos mercados mostram que Portugal está agora numa posição de maior fragilidade do que quando tudo começou e a ameaça de um chumbo orçamental era ainda muito forte.

Ontem, os juros da dívida pública portuguesa a 10 anos ficaram, mais uma vez, acima da barreira dos sete por cento. Em relação ao dia anterior, a variação foi praticamente nula, mas quando comparada com o dia 28 de Setembro - o dia anterior à apresentação pelo Governo das linhas gerais deste Orçamento - regista-se uma subida bastante forte. Há dois meses, quando a pressão dos mercados sobre Portugal forçava o Governo a apresentar o seu plano de austeridade mais ousado, as taxas estavam em 6,637 por cento. Agora, estão nos 7,168 por cento.

### Juros em contracção

Pelo meio, os responsáveis máximos do Executivo avisaram repetidamente que apenas uma aprovação da proposta orçamental, tal como estava, conseguiria acalmar os mercados, mas a verdade é que o único período em que tal aconteceu foi em meados de Outubro, quando as taxas chegaram a cair para valores próximos de 5,5 por cento. Nessa altura, curiosamente, um entendimento entre Sócrates e Passos Coelho parecia difícil e, desde aí, mesmo com o acordo entre Governo e PSD a ser atingido, as taxas estiveram sempre a subir.

Com toda a probabilidade, se estivessemos agora perante uma proposta de OE chumbada, os juros da dívida portuguesa teriam subido para níveis bastante mais elevados, possi-

velmente forçando um recurso ainda mais rápido à ajuda dos parceiros europeus e do FMI. Mas ficou também esclarecido que a aprovação do OE não era a questão fundamental para os investidores estrangeiros quando olhavam para Portugal.

A pressão que continuam a fazer sobre Portugal tem muito mais a ver com a perspectiva que actualmente existe de uma zona euro em que os países periféricos - Irlanda, Portugal, Grécia e Espanha - revelam problemas estruturais graves nas suas economias e finanças públicas e os países do centro - principalmente a Alemanha e a França - dão sinais de hesitação na concessão de ajuda. E nada, nem mesmo um OE que inclua medidas como o corte dos salários

dos funcionários públicos, o congelamento das pensões ou a subida da carga fiscal, parece servir para melhorar as expectativas.

Durante o mesmo período em que se discutia o OE em Portugal, a Irlanda e o seu sector bancário assistiram a uma escalada da crise e da desconfiança dos mercados, que acabou por obrigar Dublin a aceitar ajuda externa. Portugal, tal como tinha acontecido no caso grego, foi arrastado por esta crise de confiança, da qual ainda não se conseguiu livrar.

### Remodelação à vista

Mas se o processo de aprovação de um dos orçamentos que, nas últimas décadas, mais vai exigir aos portugueses não resolveu os problemas de

Portugal com os mercados, a verdade é que, em termos políticos, acabou por representar uma mudança de cenário significativa.

Ultrapassado o obstáculo do OE, conseguido após um atribulado acordo entre o Governo e o PSD, há menos de um mês, Sócrates tem as mãos mais livres para a remodelação - uma mudança que é esperada dentro do PS. Mais cedo ou mais tarde.

Mas há outras "correções de rota" da parte do Governo. Pelo menos na retórica. O discurso do diálogo já tinha sido ensaiado na véspera pelo ministro dos Assuntos Parlamentares, Jorge Lácio, mas ontem o primeiro-ministro subiu a parada. José Sócrates anunciou que vai reunir-se já na próxima semana com empresários, sindicatos e parceiros sociais para um "diálogo social" com vista a "garantir crescimento económico". A primeira reunião será com as dez empresas que mais exportam no país, numa iniciativa semelhante à de José Luis Zapatero no Governo espanhol.

As outras reuniões têm em vista uma agenda para reduzir custos administrativos na sociedade e aprofundar o programa Simplex. Em relação aos encontros com os parceiros sociais, Sócrates referiu que em cima da mesa estarão as questões laborais. Em nome "do crescimento económico e do futuro", justificou o primeiro-ministro.

E em resposta às exigências para o cumprimento das medidas do Orçamento - repetidas pelo PSD nos últimos dias -, o chefe do Executivo tinha mais um anúncio: a aprovação de uma lei de enquadramento orçamental "para garantir em absoluto" o cumprimento do OE.

### PSD vigilante e dividido

Momentos antes de viabilizar o Orçamento, o PSD deixou um aviso quanto à execução orçamental: "Ninguém tolerará mais falhanços. Senhor primeiro-ministro, o seu Governo não pode voltar a falhar." O vice-presidente da bancada Miguel Frásquilho colocou o PSD no papel de vigilante. "Nós cá estaremos a vigiar o cumprimento da palavra deste Governo em 2011 - com o mesmo sentido de responsabilidade a que os portugueses já se habituaram", afirmou.

À esquerda, António Filipe do PCP colocou PS e PSD a um orçamento que

### PCP, BE e CDS passam a rejeitar sete propostas

Não foram em vão os avisos do ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, sobre a pouca abertura do Governo para deixar passar propostas da oposição para alterar o Orçamento do Estado do próximo ano. Fora do âmbito do acordo PS/PSD, só sete propostas foram aprovadas, quatro do PCP, duas do BE e uma do CDS. Nenhuma com impacto orçamental.

Só o PCP conseguiu aprovar quatro alterações. A mais significativa está relacionada com o privilégio dado aos créditos dos trabalhadores em caso de insolvência das empresas e que, segundo os comunistas, clarifica a redacção da proposta de lei que dava prioridade ao Estado na cobrança desses créditos. A bancada do PCP conseguiu também aprovar para as Regiões Autónomas uma excepção aos limites de endividamento dos investimentos comparticipados pelos fundos comunitários. Também nas Regiões Autónomas foi aprovada a alteração de um dos componentes do imposto sobre o tabaco produzido por produtores locais.

Ao nível local, o PCP fez passar também uma norma que altera a forma de distribuir o montante global para os municípios contraírem empréstimos, passando a ser proporcional à capacidade de endividamento e não aos limites de endividamento. O Bloco de Esquerda conseguiu fazer passar duas propostas: a divulgação da lista de donativos do Estado a todas as fundações privadas e a revogação de uma norma que desresponsabilizava financeiramente os autarcas por assumirem decisões com base em pareceres dos serviços. Nesta matéria, o PS admitiu a existência de um lapso, recuou e assumiu com o PSD o compromisso de trabalhar esta matéria em conjunto, após a aprovação do Orçamento do Estado.

Da bancada centrista só uma alteração passou no crivo do bloco PS/PSD: a revogação da norma que permite ao Ministério das Finanças reter imposto de selo indevidamente pago.

Mas, como explicou ao PÚBLICO o líder da bancada do CDS, o PS também já tinha esta proposta de revogação, que foi prejudicada pela votação da proposta centrista feita em primeiro lugar. **Sofia Rodrigues**



chamou "de mentira". E apontou a greve geral de quarta-feira como um chumbo ao Orçamento nas ruas. Na mesma linha, João Semedo, do BE, considerou que este OE "é um convite ao Fundo Monetário Internacional, porque destrói a economia".

Pelo CDS, a deputada Assunção Cristas ensaiou uma versão moderada do "saia, senhor primeiro-ministro": "Este Governo pode acabar amanhã (e já vai tarde), mas o país não acabará."

Na hora de votar, o PSD dividiu-se. Como já aconteceu com outros orçamentos e outros governos, os quatro deputados sociais-democratas da Madeira desafiaram a disciplina de voto porque se queixam do "efeito recessivo acrescido" do Orçamento na região, afirmou o Guilherme Silva. O líder parlamentar, Miguel Macedo, lamenta esta atitude, admite que se faça uma análise interna, mas, sabe o PÚBLICO, não está prevista qualquer sanção disciplinar aos deputados.

Ainda no PSD, a ex-líder Manuela Ferreira Leite assinou uma declaração de voto, apresentada por Rosário Águas, em que se colocam dúvidas ao regime de excepção dos cortes salariais nas empresas públicas. Mas sem quebrar a disciplina de voto. **com Sofia Rodrigues**